

MP da desindexação sai em junho

■ Medida só vai ao Congresso após aprovação do projeto que criou o Plano Real

BRASÍLIA — O governo finalmente decidiu pôr em votação a Medida Provisória que criou o Real, um ano após sua edição. A votação acontecerá no dia 21 de junho, e só depois dela será enviada ao Congresso a medida provisória com as regras para a desindexação da economia — o fim da correção monetária automática para contratos, salários e outros valores.

A decisão de votar a MP do Real foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), durante jantar na quinta-feira na casa do vice-líder Jackson Pereira (PSDB-CE). O ministro informou ainda, que o governo fará uma campanha institucional para comemorar o primeiro ano do real.

Gradualismo — Malan confirmou que até o final deste mês será editada a MP da desindexação e disse que ela não permitirá que novos contratos de aluguel e de mensalidades escolares prevejam reajustes em prazos inferiores a 12 meses. “O ministro deu a entender que a desindexação será gradual”, comentou Jackson Pereira.

O ministro também fez um apelo para que os líderes governistas derrubassem a urgência ao projeto que tabela os juros em 12% ao ano. Ele disse que quando as taxas de juros caírem, o governo enviará uma emenda constitucional ao Congresso retirando a fixação dos juros da Constituição. “Só não fazemos isso agora porque não é o momento mais adequado”, afirmou.

Durante duas horas e meia, Malan e o novo presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, tiveram de justificar a política de juros altos. Loyola disse que ao longo do próximo semestre haverá uma pequena e gradativa diminuição da taxa de juros e uma flexibilização do depósito compulsório dos bancos. “Mesmo com estas taxas altas, a economia está crescendo acima do normal. Os empresários que não se prepararam para o real é que estão enfrentando problemas. A economia informal continua emergente”, disse Loyola ao defender a política de juros.

O presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, Gonzaga Motta (PMDB-

CE), depois de ouvir o ministro concluiu que os juros vão continuar altos apesar dos protestos dos empresários e das lideranças políticas. Explicou que os juros altos, associados a medidas cambiais para estimular as exportações e inibir as importações, são necessárias para o Brasil equilibrar sua balança de pagamentos queimando a menor quantidade possível de reservas cambiais.

O Brasil, disse o parlamentar, terá um déficit na balança de serviços (pagamento de juros, fretes, seguros e turismo) de US\$ 15 bilhões este ano e para cobri-los o governo tem três possibilidades: investimentos externos, financiamentos internacionais e a queima de parte das reservas cambiais.

No encontro, Malan aproveitou para confirmar sua presença no Fórum *Um Ano de Real: Avaliação e Perspectiva*, promovido pela Comissão de Finanças da Câmara. O ministro participará da abertura dia 27 de junho. O Fórum terá como conferencistas os ex-ministros Mário Henrique Simonsen, Afonso Celso Pastore, e o economista Paulo Nogueira Batista.

Arquivo



Malan: comemorando o real